

## COMISSÃO DE SAÚDE

### PROJETO DE LEI Nº 697, DE 2022

Apensado: PL nº 2.097/2022

Esta Lei altera a Lei nº 13.146, de 6 de 2015 para assegurar atendimento domiciliar a pessoa com deficiência em condição de extrema pobreza e determinar a plena divulgação do direito ao atendimento domiciliar pelos órgãos e entidades responsáveis, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para destacar o direito ao atendimento domiciliar em caso de inexistência de serviço pericial no município de residência da pessoa com deficiência, e dá outras providências.

**Autor:** Deputado MÁRIO HERINGER

**Relator:** Deputado LEO PRATES

### I - RELATÓRIO

O projeto de lei em análise altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), para dispor que a pessoa com deficiência em condição de extrema pobreza fará jus a atendimento domiciliar pelos órgãos que relaciona. Altera também a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a assistência social, para ressaltar o mesmo direito ao atendimento domiciliar em caso de inexistência de serviço



pericial do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no município de residência.

Foi apensado ao projeto original o PL nº 2.097/2022, de autoria do Sr. José Nelto, que institui o monitoramento mensal pelos agentes comunitários de saúde (ACS), nas residências habitadas por pessoas com deficiência que residam desacompanhados, único parente ou acompanhante. Caso a pessoa com deficiência necessite permanecer só, o serviço de assistência social deverá ser acionado, para que realize seu acompanhamento e possível encaminhamento para um centro de acolhimento provisório. Adentra questões operacionais e administrativas relacionadas ao tema.

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Saúde; Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em 24/5/2023, foi apresentado o parecer do Relator, Dep. Sargento Portugal (PODE-RJ), pela aprovação deste, e do PL 2097/2022, apensado, com substitutivo e, em 1/8/2023, aprovado o parecer.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório

## II - VOTO DO RELATOR

Cabe a este Colegiado a análise da proposição quanto ao mérito da saúde pública e individual, nos termos regimentais. Eventuais ponderações acerca da adequação financeira ou orçamentária e da constitucionalidade, adequação regimental, juridicidade e técnica legislativa deverão ser apontadas pelas próximas comissões (CFT e CCJC).

Como relatado, os projetos em análise alteram diversas



leis visando a aprimorar a assistência em geral prestada à pessoa com deficiência. A propositura principal modifica a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), para dispor que a pessoa com deficiência em condição de extrema pobreza fará jus a atendimento domiciliar pelos órgãos que relaciona. Altera também a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a assistência social, para ressaltar o mesmo direito ao atendimento domiciliar em caso de inexistência de serviço pericial do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no município de residência.

Já o projeto apensado institui monitoramento mensal pelos agentes comunitários de saúde (ACS) nas residências habitadas por pessoas com deficiência que residam desacompanhados, com único parente ou acompanhante. Caso a pessoa com deficiência necessite permanecer só, o serviço de assistência social deverá ser acionado, para que realize seu acompanhamento e possível encaminhamento para um centro de acolhimento provisório.

Inicialmente, cabe-nos louvar os autores por suas iniciativas, que denotam seu grande comprometimento com o bem-estar de nossa população, em especial as pessoas com deficiência em situação de pobreza. São proposições meritórias e que devem ser por nós acolhidas.

Como apontado pelo relator na Comissão que nos antecedeu, o nobre Deputado Sargento Portugal, o conceito de acessibilidade necessita ser compreendido em sentido amplo:

a acessibilidade deve ser entendida como a possibilidade de transpor obstáculos que possam dificultar ou impedir o exercício da plena cidadania das pessoas com deficiência. Em síntese, a acessibilidade é um direito-meio para que as pessoas com deficiência possam participar da vida social em igualdade de condições com as demais



pessoas.

Temos que ambas as proposições trazem dispositivos que visam a assegurar tal direito. Enfrentam o acesso a órgãos públicos, mas também o acompanhamento ordinário que deve ser prestado pela estratégia de saúde da família (ESF), em especial aquele vinculado às atividades dos agentes comunitários de saúde. Trata-se de reassegurar a assistência integral em saúde já afirmada na Constituição Federal e reiterada em todas as leis estruturantes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Cumprе salientar que as proposições trazem alguns dispositivos que abordam questões de caráter operacional e administrativo, não próprios para a lei federal. Ademais, adentram temas cuja competência legislativa é reservada de forma privativa aos titulares do poder executivo tanto federal quanto dos demais entes. No entanto, o substitutivo proposto pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência logrou sanear tal inadequação.

Tendo em mente, contudo, a recente sanção da Lei 14.724/2023, a partir de projeto de autoria do Executivo que incorporou proposição da Deputada Adriana Ventura em seu conteúdo, entendo que é possível aprimorar o Projeto ora em discussão. A nova Lei permite ao Ministério da Previdência Social o uso de telemedicina na perícia médica federal em Municípios com difícil provimento de médicos peritos ou com tempo de espera elevado.

Também permite a chamada “teleperícia” para preencher horários vagos em caso de cancelamento de agendamento para perícia presencial - assim como em outros casos conforme regulamento do Executivo

Noto a possibilidade de aprimorar a proposição com a

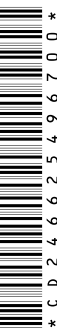


indicação da alternativa de uso da telemedicina em casos nos quais esta solução beneficie o paciente e não implique prejuízos na qualidade da análise dos casos individuais pelo INSS.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação dos Projetos de Lei nº 697, de 2022; e nº 2.097, de 2002, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em    de junho de 2024.

Deputado LEO PRATES  
Relator



## COMISSÃO DE SAÚDE

### SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI Nº 697, DE 2022, E Nº 2.097, DE 2002

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar atendimento domiciliar a pessoa com deficiência em condição de extrema pobreza e determinar a plena divulgação do direito ao atendimento domiciliar pelos órgãos e entidades responsáveis, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para destacar o direito ao atendimento domiciliar em caso de inexistência de serviço pericial no município de residência da pessoa com deficiência, e a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir o acompanhamento mensal, pelos Agentes Comunitários de Saúde, das pessoas com deficiência que residam desacompanhadas, ou com um único parente ou acompanhante, para realização de monitoramento e cuidados básicos de saúde, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar atendimento domiciliar a pessoa com deficiência em condição de extrema pobreza e determinar a plena divulgação do direito ao atendimento domiciliar pelos órgãos e entidades responsáveis, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para destacar o direito ao atendimento domiciliar em caso de inexistência de serviço pericial no município de residência da pessoa com deficiência, e a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para



instituir o acompanhamento mensal, pelos Agentes Comunitários de Saúde, das pessoas com deficiência que residam desacompanhadas, ou com um único parente ou acompanhante, para realização de monitoramento e cuidados básicos de saúde.

Art. 2º. O art. 95 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

95. ....  
.....

.....  
.....

§  
1º .....  
.....

§ 2º O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), os serviços públicos e privados de saúde, contratados ou conveniados, que integram o SUS e as entidades da rede socioassistencial integrantes do Suas devem disponibilizar em seus canais presenciais e virtuais de atendimento, de forma fácil e acessível, informação clara e precisa sobre o direito de que trata o § 1º, deste artigo, bem como formulário para solicitação de atendimento domiciliar, nos termos do inciso II do caput deste artigo e a alternativa de atendimento com o uso de tecnologia de telemedicina, quando houver.” (NR)

Art. 3º. O § 7º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.  
20. ....  
.....  
.....  
.....



§ 7º Na hipótese de não existirem serviços no município de residência do beneficiário, fica assegurado, na forma prevista em regulamento, o seu encaminhamento ao município mais próximo que contar com tal estrutura e o atendimento domiciliar para os casos de que trata o art. 95 da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 ou o atendimento com o uso da tecnologia de telemedicina, nos casos em que tal alternativa não implique perda qualitativa na análise do caso.”

.....  
.....” (NR)

Art. 4º A Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.  
3º .....  
.....  
.....  
.....

§  
3º .....  
.....  
.....  
.....

IV  
- .....  
.....  
.....  
.....

k) da pessoa com deficiência que resida desacompanhada ou com um único parente ou acompanhante, para realizar o monitoramento e cuidados básicos de saúde, e o encaminhamento aos órgãos vinculados à Secretaria de Saúde, em caso de necessidade médica constatada.  
.....  
.....



§ 6º Na hipótese de o parente ou acompanhante de que trata a alínea "k" do inciso IV do § 3º precise ser levado a estabelecimento médico para receber atendimento, os Agentes Comunitários de Saúde deverão acionar a Secretaria de Assistência Social, para que monitore a pessoa com deficiência em suas necessidades diárias, até o pronto restabelecimento e retorno do familiar ou acompanhante a residência.

§ 7º Não sendo possível a permanência da pessoa com deficiência desacompanhada em sua residência, o serviço de assistência social deverá ser notificado para realizar o encaminhamento a um centro de acolhimento de forma provisória até o reestabelecimento do parente ou acompanhante e seu pleno retorno à residência." (NR)

Art. 5º Caberá ao Poder Executivo, por meio dos dados coletados pelos Agentes Comunitários de Saúde, realizar mapeamento censitário a cada quadriênio, com a estimativa de todas as pessoas com deficiência, divulgando os dados gerais por tipo de deficiência, faixa etária e sexo, observados o respeito à privacidade e a proteção legal de dados pessoais e sigilosos, na forma estabelecida na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de junho de 2024.

**Deputado LEO PRATES**

Relator

